

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO - A JUSTIÇA

José Pacheco, Dicionário de valores

Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas. Mas, num país que conta mais de um milhão de leis, a única lei que se cumpre sem exceção parece ser a da gravidade... Pois que se aja e se assuma resiliência, porque ainda há gente que se importa. Numa época de injustiças como a nossa, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males de que o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre ele caiu, e sob a qual prosperam ladrões e tiranos. Urge debelar o medo, esse disfarce usado quando se faz o que sempre se fez, como se nada de indigno tivesse acontecido.

Diz-nos o dicionário que valor (do latim *valore*) é qualidade de quem pratica atos extraordinários e, eticamente, um princípio passível de orientar a ação humana. Se assim for, convirá seguir o preceito do Dalai Lama: “Precisamos ensinar, do jardim de infância até a Faculdade, que a moralidade é o caminho da felicidade. O sistema educacional moderno presta somente atenção ao desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral”. Porque, se a escola não é o primeiro lugar para se educar o indivíduo, também não deverá ser o primeiro lugar para deseducá-lo; mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores. Quando, no quadro de uma reorganização curricular, instituiu-se “uma hora semanal de Educação para a cidadania”, eu questionei os autores da proposta: por que razão não deveriam ser as restantes horas de “Educação na cidadania”? Quem nunca viu uma criança furando a fila de merenda? Quem nunca viu a família dessa criança jogando lixo na rua e entupindo os bueiros? Até que ponto a escola pode promover uma inútil acumulação cognitiva e se demitir da função de educar?

Clamemos por justiça, onde quer que os nossos atos possam promovê-la, atenuando a crise da sua ausência. Leonardo Boff nos diz que a crise que nos afeta não é uma crise cíclica e que uma nova ordem mundial é necessária, um novo modo de habitar a Terra. E Alain Touraine lança um alerta: “ou a crise acelera a formação de uma nova sociedade, ou virá um tsunami que poderá arrasar tudo pela frente, pondo em perigo mortal a nossa própria existência no planeta”.

01. O primeiro período do texto – Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas – tem a função textual de:
- indicar um ponto de discussão sobre o qual há uma intensa polêmica.
 - destacar uma reflexão que parece não ser adequada aos tempos modernos.
 - servir de ponto de reflexão religiosa, sob o qual o texto vai discutir o tema da justiça.
 - mostrar um ensinamento que serve de tese ao autor do texto e cujos argumentos de convencimento são apresentados no decorrer do texto.
02. A frase “Bento XVI diz que os cristãos não deverão respeitar leis injustas” pode ser reescrita de modos diversos; a forma de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:
- Segundo Bento XVI, respeitar leis injustas não é dever dos cristãos.
 - Leis injustas não deverão ser respeitadas pelos cristãos, diz Bento XVI.
 - Os cristãos não deverão respeitar leis injustas, conforme diz Bento XVI.
 - Entre os deveres cristãos não se inclui o respeito a leis injustas, diz Bento XVI.

03. O comentário “num país que conta mais de um milhão de leis” tem valor de:
- crítica ao excesso de leis.
 - elogio à preocupação com a justiça.
 - afirmação positiva sobre nosso arcabouço legal.
 - dúvida diante da impossibilidade de conhecimento.
04. Na frase “a única lei que se cumpre sem exceção parece ser a da gravidade”, há um certo tom humorístico; esse humor é produzido basicamente pelo seguinte fato:
- pela crítica ao não cumprimento de leis no Brasil.
 - pela polissemia da palavra lei, tomada em sentido diverso.
 - pela denúncia contra a desigualdade dos cidadãos diante das leis.
 - pela incoerência entre termos, já que a lei da gravidade não pode deixar de ser cumprida.
05. Na frase “Pois que se aja...” há uma forma verbal de presente do subjuntivo do verbo agir; a frase abaixo em que uma forma verbal, colocada no mesmo tempo e modo, apresenta **ERRO** é:
- Pois que se cumpra... (cumprir)
 - Pois que se maquie... (maquiar)
 - Pois que se requeira... (requerer)
 - Pois que se consuma... (consumar)
06. Na frase “Pois que se aja e se assuma **resiliência**...”, o termo negrito está corretamente definido, no contexto em que se insere, por:
- “propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica”.
 - “restauração do aspecto ou forma primitiva, extirpando o que lhe havia sido eventualmente acrescentado”.
 - “capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças”.
 - “ideia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa”.
07. “Pois que se aja e se assuma resiliência, **porque** ainda há gente que se importa”; “eu questionei os autores da proposta: **por que** razão não deveriam ser as restantes horas de ‘Educação na cidadania?’”
- Observamos aqui que a grafia do vocábulo negrito é variável segundo as condições contextuais; a alternativa em que a forma desse mesmo vocábulo está **INCORRETA** é:
- A justiça porque se luta é utópica.
 - Qual será o porquê de haver tantas injustiças?
 - Os cristãos não devem respeitar as leis injustas por quê?
 - Isso ocorre porque alguns dizem uma coisa e fazem outra.
08. “Numa época de injustiças como a nossa, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males de que o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre ele caiu, e sob a qual prosperam ladrões e tiranos”.
- Nesse segmento do texto há o emprego de linguagem figurada para a composição da ideia a ser transmitida ao leitor. São exemplos de figuras de linguagem:
- façamos a nossa parte / façamos luz sobre os males
 - época de injustiças / façamos a nossa parte
 - façamos luz sobre os males / rasgões de luz
 - rasgões de luz / ladrões e tiranos

09. “Numa época de injustiças como **a nossa**, façamos a nossa parte, façamos luz sobre os males **de que** o mundo padece, para que sejam abertos rasgões de luz na cortina de escuridão que sobre **ele** caiu, e **so** **a qual** prosperam ladrões e tiranos”. Nesse segmento há quatro termos destacados que se referem a termos anteriores; a alternativa em que o elemento referido por um desses termos está identificado **INCORRETAMENTE** é:
- A) a qual / luz na cortina de escuridão
 B) a nossa / época de injustiças
 C) de que / os males
 D) ele / o mundo
10. “Precisamos ensinar, do jardim de infância até a Faculdade, que a moralidade é o caminho da felicidade. O sistema educacional moderno presta somente atenção ao desenvolvimento do cérebro e não o desenvolvimento moral”. Esse pensamento do Dalai Lama é composto de dois períodos; o conectivo que estaria bem colocado entre esses dois períodos é:
- A) pois
 B) porém
 C) porque
 D) embora
11. “Quando, no quadro de uma reorganização curricular, instituiu-se “uma hora semanal de Educação para a cidadania”, eu questionei os autores da proposta: por que razão não deveriam ser as restantes horas de “Educação na cidadania”?” O questionamento do autor defende a ideia de que:
- A) todas as aulas da escola deveriam educar na cidadania.
 B) as aulas de cidadania não deveriam estar na escola, mas em casa.
 C) a educação para a cidadania deveria ser substituída por educação na cidadania.
 D) uma reorganização curricular deveria obrigatoriamente incluir aulas de educação na cidadania.
12. Os fatos citados de crianças que furam a fila da merenda e pessoas que jogam lixo nas ruas e entopem os bueiros são citados para indicar que:
- A) as escolas se preocupam prioritariamente com a acumulação cognitiva.
 B) a sociedade brasileira tem educação pública deficiente.
 C) as aulas de cidadania são absolutamente necessárias.
 D) a escola não tem realizado seu papel educativo.
13. A alternativa em que o elemento negrito tem uma proposta de substituição **INADEQUADA** é:
- A) “...porque ainda há gente **que se importa**” / consciente.
 B) “...a única lei **que se cumpre** sem exceção...” / cumprida.
 C) “...para que sejam abertos rasgões **de luz** na cortina de escuridão...” / luminosos.
 D) “...a única lei que se cumpre **sem exceção** parece ser a da gravidade” / excepcionalmente.
14. Em todas as alternativas abaixo está presente o conectivo E; o segmento em que esse conectivo apresenta um valor não aditivo, como nos demais, é:
- A) “Pois que se aja e se assuma resiliência...”
 B) “...mas um lugar e tempo de aprendizagem de valores”
 C) “...a escola pode apenas promover uma inútil acumulação cognitiva e se demitir da função de educar?”
 D) “...é qualidade de quem pratica atos extraordinários e, eticamente, um princípio passível de orientar a ação humana”.
15. O alerta final do texto recorre argumentativamente à seguinte estratégia:
- A) interessar o leitor a fazer algo, destacando os benefícios de sua ação.
 B) seduzir o leitor, apelando para a sua responsabilidade social.
 C) constranger o leitor, indicando nossos maus procedimentos.
 D) amedrontar o leitor, mostrando-lhe os perigos próximos.

LEGISLAÇÃO

16. Um servidor em atividade foi posto em exercício provisório em outro município. Este servidor terá o seguinte prazo mínimo, contado da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo:
- A) 10 dias
 B) 15 dias
 C) 20 dias
 D) 30 dias
17. Considere a hipótese de um servidor efetivo que, após responder a processo disciplinar administrativo, é considerado culpado e demitido, mas a decisão administrativa vem a ser anulada por decisão judicial. No caso de o seu cargo já ter sido extinto, o servidor será incluído na seguinte condição:
- A) empossado em cargo de mesma remuneração
 B) reintegrado em cargo de função semelhante
 C) readmitido em seu cargo original
 D) colocado em disponibilidade
18. Quando, por interesse da administração, se dá o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, após prévia apreciação do órgão central do SIPEC, pode-se dizer que ocorre um caso de:
- A) remoção
 B) recondução
 C) readaptação
 D) redistribuição

19. O servidor público **NÃO** poderá exercer atividade remunerada enquanto se encontrar em gozo de licença por:
- doença em pessoa da família
 - desempenho de mandato classista
 - afastamento do cônjuge
 - interesse particular
20. Aplica-se a pena de suspensão ao servidor público que tiver a seguinte conduta:
- praticar incontinência pública
 - revelar segredo apropriado em razão do cargo
 - retirar, sem autorização, um objeto da repartição
 - praticar usura sob qualquer de suas formas
21. Será obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição da seguinte penalidade:
- prisão administrativa
 - advertência por escrito
 - suspensão por 15 dias
 - cassação de aposentadoria
22. Como medida cautelar e a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar que o servidor seja afastado do exercício do cargo, pelo prazo de até:
- 60 dias
 - 90 dias
 - 120 dias
 - 180 dias
23. O afastamento para prestar colaboração a outra instituição federal de ensino (IFE) será autorizado pela seguinte autoridade:
- Conselho Federal de Ensino
 - dirigente máximo da IFE
 - Ministro de Estado da Educação
 - Coordenador do Sistema Federal de Ensino
24. Promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoas e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, é um objetivo do programa de:
- capacitação e aperfeiçoamento
 - avaliação de desempenho
 - alocação de cargos
 - educação formal
25. A progressão por capacitação profissional provocará a mudança de nível do servidor, que atender ao programa de capacitação previsto em lei e respeitará o interstício de:
- 6 meses
 - 12 meses
 - 18 meses
 - 24 meses

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. O balanço patrimonial de 2012 da Companhia ABC apresentava o patrimônio líquido com a seguinte composição:
- | | |
|-----------------------------|------------|
| Capital Social | R\$ 70.000 |
| Capital a Integralizar..... | R\$ 21.000 |
| Reservas de Capital..... | R\$ 12.000 |
| Reserva Legal | R\$ 7.700 |
- Com base nas operações efetuadas em 2013, A ABC apurou um lucro líquido de R\$ 84.000. Com essas informações, pode-se afirmar que a Companhia, de acordo com a legislação societária, destinou à Reserva Legal o seguinte valor:
- R\$ 2.100
 - R\$ 2.800
 - R\$ 3.500
 - R\$ 4.200
27. No final do exercício de 2013 foram levantadas as seguintes informações de uma empresa comercial: (valores em R\$)
- | | |
|-------------------------------------|---------|
| Vendas de Mercadorias..... | 100.000 |
| Compras de Mercadorias..... | 60.000 |
| Fretes sobre Compras..... | 5.200 |
| Fretes sobre Vendas | 7.200 |
| Estoque no início do exercício..... | 30.000 |
- Sabendo-se que o imposto sobre operações com mercadorias era de 12% e que o inventário de mercadorias em 31/12 importou em R\$ 40.000, o lucro bruto no exercício foi igual a:
- R\$ 47.200
 - R\$ 45.200
 - R\$ 40.000
 - R\$ 32.800
28. De acordo com a legislação societária, a demonstração contábil que deve ser elaborada no final do exercício social, que apresentará o valor do lucro por ação denomina-se:
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 - Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados
 - Balanço do Resultado do Exercício
 - Balanço Patrimonial
29. Em 10/10/2010, uma empresa comercial adquiriu, com isenção de impostos, um veículo por R\$ 30.000. A vida útil prevista foi de cinco anos, com uma estimativa de valor residual equivalente a 10% do seu custo. Sabendo-se que a depreciação é apropriada pelo método das cotas constantes, o valor correspondente da depreciação acumulada desse veículo era, em 31/12/2012, igual a:
- R\$ 11.700
 - R\$ 12.150
 - R\$ 13.000
 - R\$ 13.500

30. Em 31/12/2013, o balancete de verificação elaborado pela Cia. Comércio apresentava as seguintes contas e respectivos saldos:

Contas	R\$
Ações de Coligadas	7.000
Bancos c/Movimento	7.000
Caixa	1.400
Capital a Realizar	5.600
Capital Social	33.600
Duplicatas a Pagar – Curto Prazo	20.000
Despesas Antecipadas	800
Duplicatas Descontadas	2.100
Duplicatas a Receber	21.000
Depreciação Acumulada	2.800
Impostos a Recolher	2.400
Mercadorias	9.000
Móveis e Utensílios	14.000
Imposto de Renda a pagar	700
Provisão p/Devedores Duvidosos	700
Reserva Legal	2.700
Salários a Pagar	800

Com base nos dados acima, pode-se afirmar que o montante dos saldos das contas de natureza credora e o valor do Ativo Circulante no balanço patrimonial eram, respectivamente, iguais a:

- A) R\$ 65.800 e R\$ 38.500
 B) R\$ 65.800 e R\$ 36.400
 C) R\$ 65.100 e R\$ 39.900
 D) R\$ 65.100 e R\$ 39.800
31. O estatuto da Cia. ABC estabelece os seguintes percentuais das participações estatutárias:
- Administradores – 5%
 Partes Beneficiárias - 6%
 Empregados – 10%
- No final de 2013, a base de cálculo dessas participações correspondeu a um lucro de R\$ 68.000. Sabendo-se que havia prejuízos acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$ 8.000, a parcela do lucro atribuída aos titulares das partes beneficiárias, com base na legislação societária vigente, correspondeu a:
- A) R\$ 3.672
 B) R\$ 3.600
 C) R\$ 3.240
 D) R\$ 3.078
32. De acordo com a legislação societária vigente, a demonstração contábil que deve ser elaborada ao final de cada exercício social pelas companhias de capital aberto, informando o valor do dividendo por ação a ser distribuído aos acionistas, é conhecida como Demonstração:
- A) do Valor Adicionado
 B) do Resultado do Exercício
 C) de Lucros ou Prejuízos Acumulados
 D) das Mutações do Patrimônio Líquido
33. Segundo a legislação vigente, é facultado aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes verificar o atendimento do limite da dívida consolidada ao final do seguinte período:
- A) semestre
 B) quadrimestre
 C) trimestre
 D) bimestre

34. No caso de um determinado ente da federação ultrapassar o limite estabelecido pela legislação vigente, quanto à despesa total com pessoal, além de ter de implementar medidas para conter esse excesso de gasto, o ente fica obrigado, também, a eliminar a parcela excedente ao limite, dentro do seguinte prazo:

- A) três meses
 B) quatro meses
 C) seis meses
 D) oito meses

35. De acordo com a legislação vigente, o documento elaborado anualmente pelo Poder Executivo dos entes federativos, que prevê as receitas e despesas, o resultado nominal e primário e o montante da dívida pública, para o exercício a que se refere e para os dois subsequentes, denomina-se:

- A) Lei Orçamentária Anual
 B) Anexo de Metas Fiscais
 C) Anexo de Riscos Fiscais
 D) Relatório de Gestão Fiscal

36. As despesas realizadas durante o exercício financeiro por determinado ente da federação, que contribui para o decréscimo da sua situação líquida patrimonial, de acordo com o enfoque patrimonial, são classificadas como:

- A) efetivas
 B) derivadas
 C) ordinárias
 D) não efetivas

37. Durante o exercício financeiro, o comprometimento da dotação orçamentária efetuado por um determinado órgão, para a realização de despesas contratuais e sujeitas ao parcelamento de seu pagamento, é feito por meio da emissão do seguinte tipo de empenho:

- A) Estimativo
 B) Ordinário
 C) Especial
 D) Global

38. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) dividiu a gestão da receita orçamentária nas seguintes etapas:

- A) Planejamento e Execução
 B) Previsão, Lançamento e Arrecadação
 C) Previsão, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento
 D) Fixação, Lançamento, Execução, Arrecadação e Recolhimento

39. Um determinado órgão da administração pública direta, ao executar uma despesa, utilizou na sua classificação orçamentária a seguinte codificação numérica: 3.3.90.39.

O terceiro e o quarto dígitos, formando o número 90, representam, de acordo com a legislação vigente:

- A) a categoria econômica
 B) o elemento de despesa
 C) a modalidade de aplicação
 D) o grupo de natureza de despesa

40. Observe o seguinte preceito legal constante na Lei 4.320-64: “A Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesa de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outros, ressalvando o disposto no Art. 20 e seu parágrafo único.”

Pode-se afirmar que nesse dispositivo legal está implícito o enunciado do seguinte princípio orçamentário:

- A) Exclusividade
- B) Especificação
- C) Universalidade
- D) Orçamento Bruto

41. Durante o exercício financeiro de 2013, um determinado ente federativo realizou as seguintes operações que foram registradas na sua contabilidade:

Operações	R\$
Arrecadação de receitas tributárias	15.000
Arrecadação de receitas patrimoniais	3.000
Recebimento de operação de crédito interna	3.000
Pagamento de juros e encargos da dívida	4.500
Alienação de bens móveis	2.250
Pagamento de pessoal e encargos sociais	9.000
Baixa por consumo de material do almoxarifado	450
Pagamento de serviços de terceiros	2.250
Pagamento de Restos a Pagar	4.500
Cancelamento de Restos a Pagar não processados	500

Em 31/12, pode-se afirmar que, na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, o resultado patrimonial do exercício indicado foi:

- A) negativo de R\$ 1.950
- B) negativo de R\$ 7.200
- C) positivo de R\$ 1.800
- D) positivo de R\$ 2.550

42. Em 31/12/2013, na contabilidade de certo ente federativo, constavam as seguintes informações:

Dotação Inicial.....	R\$ 90.000
Dotação Suplementar.....	R\$ 22.500
Anulação de Dotação.....	R\$ 4.500
Crédito Disponível.....	R\$ 16.500
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.....	R\$ 22.500
Crédito Empenhado Pago.....	R\$ 60.000

No exercício financeiro não foi realizada qualquer operação de descentralização interna ou externa de crédito. O valor dos Créditos Empenhados a Liquidar era de:

- A) R\$ 9.000
- B) R\$ 13.500
- C) R\$ 69.000
- D) R\$ 91.500

43. O registro do pagamento realizado em 15/01/2014, relativo a uma obrigação discriminada no Passivo Circulante do balanço patrimonial do exercício de 2013, referente à aquisição de um veículo, sem ter sido firmado contrato com o fornecedor, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, foi efetuado com as contas contábeis agrupadas nas seguintes classes:

- A) 1, 3, 7 e 8
- B) 1, 2, 6 e 8
- C) 1, 4 e 7
- D) 1, 2 e 5

44. Durante o exercício financeiro, o comprometimento da dotação orçamentária por um determinado órgão, tendo em vista somente a natureza da informação orçamentária, deverá ser realizado de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, por meio do seguinte lançamento:

- A) D: Crédito Disponível
C: Disponibilidade por Dotação de Recursos
- B) D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Dotação Atualizada
- C) D: Crédito Empenhado a Pagar
C: Crédito Disponível
- D) D: Crédito Disponível
C: Crédito Empenhado a Liquidar

45. Em 31 de dezembro, os seguintes fatos contábeis estavam registrados na contabilidade de um determinado ente federativo:

Fatos	R\$
Receitas Orçamentárias Realizadas	38.000
Despesas Orçamentárias Empenhadas	36.000
Despesas Orçamentárias Pagas	33.500
Caução em Dinheiro Recebida	1.200
Restituição de Diversos Depósitos	2.000
Cancelamento de Restos a Pagar não Processados	500
Pagamento de Restos a Pagar	2.500

Na elaboração do balanço financeiro, referente ao exercício findo, o resultado financeiro evidenciado correspondeu a um:

- A) déficit de R\$ 800
- B) déficit de R\$ 1.300
- C) superávit de R\$ 1.200
- D) superávit de R\$ 2.000

46. Pelo balanço orçamentário, elaborado no final do exercício financeiro pelos entes da federação, momento em que se calcula o resultado orçamentário por categorias econômicas, poder-se-á identificar se o orçamento foi planejado e executado com capitalização ou descapitalização. A situação de capitalização poderá ser identificada no orçamento e na sua execução por meio da existência de:

- A) superávit orçamentário corrente e déficit orçamentário de capital
- B) superávit orçamentário de capital e déficit orçamentário corrente
- C) superávit orçamentário de capital e superávit orçamentário corrente
- D) déficit orçamentário corrente e déficit orçamentário de capital

47. O balanço financeiro, elaborado em 31/12/2013 por determinado ente federativo, apresentava os seguintes dados:

Títulos	R\$
Receitas Orçamentárias Ordinárias	48.000
Receitas Orçamentárias Vinculadas	24.000
Despesas Orçamentárias Ordinárias	38.000
Despesas Orçamentárias Vinculadas	31.000
Restos a Pagar Inscritos	3.750
Restos a Pagar Pagos	750
Depósitos de Terceiros Recebidos	2.000
Saldo Inicial	4.500
Saldo Final	10.500

Pode-se afirmar que, no exercício, o montante dos pagamentos efetuados foi igual a:

- A) R\$ 60.000
 B) R\$ 65.250
 C) R\$ 66.000
 D) R\$ 69.750
48. O balanço orçamentário demonstrará as despesas e receitas previstas, em confronto com as suas realizações. As informações da receita são desdobradas em quatro colunas: previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e saldo. Os valores para preenchimento da coluna "Receitas Realizadas" serão retirados do saldo das contas pertencentes ao subsistema de informações orçamentárias, agrupadas no PCASP na seguinte classe e grupo de contas:
- A) 8.2
 B) 6.2
 C) 5.2
 D) 4.1

49. A modalidade de licitação definida pela Lei nº 8.666-93, onde os interessados para participarem de um processo licitatório deverão estar devidamente cadastrados ou atenderem a todas as condições estabelecidas para cadastramento, até três dias antes da data do recebimento das propostas de preços, denomina-se:

- A) Pregão
 B) Convite
 C) Concorrência
 D) Tomada de preços

50. Na Concorrência, modalidade de licitação do tipo melhor técnica, o prazo mínimo para o recebimento de propostas ou para a realização do evento pelos órgãos, será igual a:

- A) 5 dias
 B) 15 dias
 C) 30 dias
 D) 45 dias